

Orçamento do Japão tem volume recorde de US\$ 711 bilhões em 99

Plano para o ano fiscal que começa em abril tem o objetivo de fazer o país crescer 0,5% no exercício

TÓQUIO – O orçamento do Japão para o próximo exercício fiscal, que começa em 1.º de abril, é o maior da história do país: 81,86 trilhões de ienes, o equivalente a US\$ 711 bilhões, 5,4% maior que a lei orçamentária do ano fiscal em curso, que termina em 31 de março, excluídas as suplementações. De acordo com o Ministério das Finanças, o orçamento será complementado por mais 50 bilhões de ienes em despesas extras antes de ser divulgado como proposta oficial do governo para dar novo impulso à economia do país e tirá-la da recessão, permitindo um crescimento de pelo menos 0,5% no próximo exercício.

“No momento, vamos reativar a economia ampliando a demanda do setor público e mais adiante passaremos o bastão para o setor privado, que deverá proporcionar crescimento por meio da recuperação do consumo”, afirmou o primeiro-ministro Keizo Obuchi.

Muitos economistas japoneses, porém, temem que o gigantesco aumento da dívida pública para financiar os projetos governamentais e compensar os cortes de impostos poderão exercer pressão sobre as taxas de juros de longo prazo, elevando-as a ponto de comprometer o programa de estímulo econômico que o governo pretende levar a cabo.

Para custear parte do orçamento, o governo de Tóquio pretende pedir ao Parlamento, em janeiro, uma autorização para rolar um recorde de 71,13 trilhões de ienes em títulos, incluída a emissão de 31,05 trilhões em novos bônus, o que elevará o estoque de títulos públicos para 37,9% das receitas previstas no orçamento. Esse total é 20% maior que o programa de emissão de títulos previsto na proposta orçamentária original do exercício em curso, o que representa uma expansão recorde.

O ministro da Fazenda, Kiichi Miyazawa, disse, contudo, não es-

tar preocupado com o incrível crescimento da dívida pública. Ele acredita que, uma vez que a economia retome o rumo do desenvolvimento sustentado, o governo conseguirá atacar a questão da reforma fiscal.

No momento, a prioridade do orçamento para o próximo exercício fiscal é evidentemente ampliar os gastos públicos. As despesas voluntárias, excluído o serviço da dívida e outros pagamentos obrigatórios, somam 46,9 trilhões, um aumento de 5,3% em relação à lei orçamentária original do ano em curso.

Outro ponto central do projeto apresentado ontem é a provisão para a redução de impostos e obras públicas. Os cor-

tes tributários deverão somar cerca de 9,4 trilhões de ienes. Os gastos previstos nos planos para a realização de obras públicas vão crescer 5% em relação a este exercício fiscal, situando-se também em 9,4 trilhões de ienes. (Reuters)

PRIORIDADE
É AMPLIAR
OS GASTOS
PÚBLICOS